



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

RECEBIDO EM: 03/12/2019

Processo Legislativo nº 88/2019

Projeto de Lei do Executivo: nº 2.372 de 20 de novembro de 2019

Parecer jurídico nº: 63/2019 -AJ

O projeto de Lei nº 2.372 de 20 de novembro de 2019 de autoria do Poder Executivo busca a autorização do poder legislativo para inclusão de metas na Lei 2.258 de 09 de novembro de 2019 - LDO 2019 e abertura de crédito especial por redução orçamentária no exercício de 2019, no valor de R\$ 17.000,00, (dezesete mil reais) servirá de cobertura orçamentária as alterações de rubrica dentro da secretaria da educação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 165 como competência privativa do Poder Executivo as matérias referentes ao orçamento, ao dizer:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Assim, conforme reza a constituição Federal, está matéria é de competência exclusiva do poder executivo, razão pela qual se encontra preenchido tal requisito.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42 inciso V que:

Art. 42 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

- IV – votar o orçamento anual e plurianual de investimentos;
- V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais; e deliberar sobre créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

Assim, a Câmara possui competência para autorizar as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a abertura de créditos suplementares, nos termos da Lei Orgânica do Município.

O presente projeto de lei visa alteração de metas da inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e a abertura de crédito por redução orçamentária dentro das rubricas da

e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

secretaria da educação. As alterações se fazem necessárias para atender as emendas impositivas dos vereadores Pedro Gilson Jahn e do vereador Ademar Gauger.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de Lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo a previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelo Nobres Vereadores da Comissão Geral de Pareceres para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão, 28 de novembro de 2019.

Adriana Furlanetto

OAB/RS 53.650 - ID 883